

Edição nº 56 – 20 a 24 de novembro

**GOVERNO EDITA MEDIDA PROVISÓRIA PARA REFORMAR A REFORMA
TRABALHISTA**

Na última terça-feira, o presidente da República, Michel Temer, editou a Medida Provisória (MP) nº 808/2017, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) especificamente em pontos tratados na Reforma Trabalhista, decorrente da recente Lei nº 13.467/2017, a fim de cumprir o acordo firmado com o Senado Federal. A Reforma Trabalhista foi aprovada pelo Senado Federal em 11 de julho e entrou em vigor no último dia 11.

Na época da deliberação da matéria pelo Senado, o presidente Temer, com o apoio do senador Romero Jucá (PMDB-RR), firmou acordo com os senadores para que a matéria fosse aprovada naquela Casa sem alterações em relação ao texto aprovado pela Câmara e, em troca, o Palácio do Planalto realizaria mudanças pontuais no texto. Com isso, o governo evitou que a proposição fosse alterada no Senado e tivesse que retornar à Câmara, o que implicaria um atraso no cronograma das reformas.

A MP nº 808/2017 trouxe alterações pontuais na CLT, destacando-se as seguintes: (i) possibilidade de gestante atuar em locais com insalubridade em grau médio ou mínimo quando ela voluntariamente apresentar atestado autorizando; (ii) vedação à cláusula de exclusividade nos contratos de trabalhadores autônomos; (iii) necessidade de previsão em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho para a jornada de trabalho 12x36 (originalmente, poderia ser pactuada diretamente com o trabalhador); (iv) regulamentação do trabalho intermitente e exclusão do seguro-

desemprego para esta modalidade de contrato; e (v) o cálculo das indenizações por danos morais passa a ter referência nos valores de benefícios do RGPS e não mais nos salários dos empregados.

O presidente do Senado, senador Eunício de Oliveira (PMDB-CE), defendeu publicamente que as alterações à recentíssima Reforma Trabalhista fossem feitas via medida provisória. Por outro lado, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), posicionou-se contrário à ideia, declarando publicamente que a edição da medida provisória foi um erro, uma medida inconstitucional, e não sabendo indicar se irá, ou não, pautá-la no Plenário da Câmara.

Maia tem-se mostrado cada vez mais crítico à edição de tantas medidas provisórias. Especificamente quanto à MP nº 808/2017, ele entende que os requisitos para a sua edição, quais sejam, relevância e urgência, não foram atendidos. Ele também sustenta que, como a Reforma Trabalhista foi feita por projeto de lei, esta alteração deveria se valer da mesma ferramenta. Na sua visão, a alteração da Reforma Trabalhista via medida provisória poderá gerar uma grande insegurança ao trabalhador, pois sinalizaria que o presidente da República pode mudar as leis trabalhistas, a qualquer tempo, por meio de medida provisória. Ainda, ele considera a matéria complexa e importante para a sociedade brasileira, sendo necessário um amplo debate nas comissões temáticas das duas Casas Legislativas antes de a proposição entrar em vigor.

7 Dias no Poder é um informativo do Grupo de Relações Governamentais de TozziniFreire Advogados e visa relatar os principais itens em pauta nos Poderes Legislativo e Executivo Federais.

A pauta está sujeita a alterações.

Sócios responsáveis: **Claudio Timm** (ctimm@tozzinifreire.com.br) e

Luiz Fernando Visconti (visconti@tozzinifreire.com.br).

www.tozzinifreire.com.br

Neste ponto vale recordar que, há mais de dois anos, está pendente de deliberação pelo Plenário da Câmara a Proposta de Emenda à Constituição nº 70/2011, de autoria do ex-presidente José Sarney, à época senador da República, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

A Câmara e o Senado formarão uma comissão mista para apreciar a MP que reforma a Reforma Trabalhista e aprovar um parecer. Caso sejam aprovadas alterações ao texto originário, a matéria continuará a tramitar como projeto de lei de conversão (PLV). Posteriormente, a matéria deverá ser deliberada pelos Plenários das duas Casas. Sendo aprovada sem alterações no texto originário, a

matéria será promulgada como lei. Se forem aprovadas alterações no Congresso, a matéria seguirá ao presidente da República para sanção ou veto, total ou parcial. A matéria deverá ser aprovada pelo Congresso no prazo de até 120 dias, que fica suspenso durante o recesso parlamentar (entre 23 de dezembro e 1º de fevereiro), se houver. Caso a MP nº 808/2017 não seja aprovada até o dia 23 de abril do próximo ano, as relações jurídicas surgidas durante o seu período de vigência devem ser reguladas por decreto legislativo, o qual deverá ser editado pelo Congresso no prazo de 60 dias. Caso o Decreto não seja editado, as relações jurídicas continuarão sendo regidas pela Medida Provisória, com seu texto original.

AGENDA DA SEMANA

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO MISTA DA MP Nº 800/2017
21/11/2017, às 14H30

Reunião para apreciação do plano de trabalho sobre a MP nº 800/2017, que estabelece as diretrizes para a reprogramação de investimentos em concessões rodoviárias federais, permitindo, por exemplo, que a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) celebre aditivo contratual com as concessionárias de rodovias federais cujos contratos prevejam concentração de investimentos em seu período inicial.

SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS (CAS)
22/11/2017, às 9H

PLS nº 274/2012, que regulamenta o dispositivo constitucional sobre a proteção da relação de emprego contra a despedida arbitrária ou sem justa causa.

Relator: sen. José Pimentel (PT-CE)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)
22/11/2017, às 10H

PLS nº 186/2014, que dispõe sobre a exploração de jogos de azar em todo o território nacional.

Relator: sen. Benedito de Lira (PP-AL)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

GLOSSÁRIO

PEC: Proposta de Emenda à Constituição
PLP: Projeto de Lei Complementar na Câmara
PL: Projeto de Lei Ordinária na Câmara
PLC: Projeto de Lei Ordinária da Câmara no Senado
PLS: Projeto de Lei Ordinária do Senado no Senado
MP: Medida Provisória
PLV: Projeto de Lei de Conversão

PRC: Projeto de Resolução da Câmara
PRS: Projeto de Resolução do Senado
PDC: Projeto de Decreto Legislativo da Câmara
PDS: Projeto de Decreto Legislativo do Senado
PFC: Proposta de Fiscalização e Controle
RCP: Requerimento de Constituição de CPI
REQ: Requerimento
VET: Veto

PLS nº 54/2017, que dispõe sobre o regime jurídico da multipropriedade ou propriedade fracionada, como aproveitamento econômico de coisa móvel ou imóvel, em frações de tempo fixas e reiteradas, visando à utilização exclusiva dos titulares, cada qual a seu turno.

Relator: sen. Cidinho Santos (PR-MT)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

COMISSÃO DO MEIO AMBIENTE (CMA)
21/11/2017, às 11h30

PLS nº 63/2017, que altera a lei dos crimes ambientais, para agravar a pena para quem extrair recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida.

Relator: sen. Sergio Petecão (PSD-AC)
Relatório: pela aprovação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PLENÁRIO

06/11/2017, às 16h

PLV nº 38/2017, originário da MP nº 789/2017, que altera a forma de cálculo da receita decorrente da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

Relator: dep. Marcus Pestana (PSDB-MG)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLV nº 39/2017, originário da MP nº 790/2017, que altera o Código de Mineração.

Relator: não designado
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLV nº 37/2017, originário da MP nº 791/2017, que cria a Agência Nacional de Mineração e extingue o Departamento Nacional de Produção Mineral.

Relator: dep. Leonardo Quintão (PMDB-MG)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

FIQUE DE OLHO

PLV nº 36/2017, originário da MP nº 795/2017, que dispõe sobre o tratamento tributário das atividades de exploração e de desenvolvimento de campo de petróleo ou de gás natural e institui regime tributário especial para as atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos.

Relator: dep. Julio Lopes (PP-RJ)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PLV nº 41/2017, originário da MP nº 793/2017, que institui o Programa de Regularização Tributária Rural com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Relatora: dep. Tereza Cristina (PSB-MS)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PEC nº 70/2011, que altera o procedimento de apreciação das medidas provisórias pelo Congresso Nacional.

Relator: dep. Walter Alves (PMDB-RN)
Relatório: pela aprovação, nos termos do substitutivo.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (CCJC)

21/11/2017, às 14h30

PEC nº 181/2012, que estabelece regime de cobrança unificada dos tributos sobre a renda, o consumo e a folha de pagamentos.

Relator: dep. Rogério Rosso (PSD-DF)
Relatório: pela admissibilidade.

PEC nº 97/2015, que transforma o potencial de energia eólica em patrimônio da União, ensejando o pagamento de royalties pela sua exploração.

Relator: dep. Tadeu Alencar (PSB-PE)
Relatório: pela admissibilidade.

PLP nº 1/2015, que institui o seguro obrigatório de responsabilidade civil das empresas, dos proprietários e dos promotores ou organizadores de eventos artísticos, recreativos, culturais, esportivos e similares, por riscos ou acidentes que possam ocorrer com a realização dos eventos por eles promovidos.

Relator: dep. Fábio Sousa (PSDB-GO)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 3.456/2004, que acrescenta dispositivos à Lei Ferrari para estabelecer prazo para realização de convenções econômicas dos produtores e distribuidores de veículos e facultar a utilização de arbitragem.

Relator: dep. Juscelino Filho (DEM-MA)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 3.689/2012, que dispõe sobre o florestamento das faixas laterais de domínio das rodovias.

Relator: dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE)
Relatório: pela aprovação.

22/11/2017, às 9h

PEC nº 333/2017, do Senado Federal, que extingue o foro especial por prerrogativa de função no caso dos crimes comuns, entre outros.

Relator: dep. Efraim Filho (DEM-PB)
Relatório: pela admissibilidade.

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (CDC)
22/11/2017, ÀS 9H30

PL nº 3.847/2012, que institui a obrigatoriedade de as montadoras de veículos, por intermédio de suas concessionárias ou importadoras, fornecerem carro reserva similar ao do cliente, no caso de o automóvel ficar parado por mais de 48 horas por falta de peças originais ou impossibilidade de realização do serviço durante o prazo de garantia contratado.
Relator: dep. Celso Russomanno (PRB-SP)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.195/2017, que cria o Cadastro Nacional para Bloqueio do Recebimento de Ligações de Telemarketing e mensagens instantâneas.
Relator: dep. Rodrigo Martins (PSB-PI)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.406/2017, que altera o Código de Defesa do Consumidor para obrigar os fornecedores a informar eventual inexistência de assistência técnica no município em que será efetivada a comercialização do produto ou a contratação do serviço.
Relator: dep. Márcio Marinho (PRB-BA)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS (CDEICS)
22/11/2017, ÀS 9H30

PLP nº 404/2017, que dispõe sobre o prazo e o procedimento para processamento dos avisos de sinistro por parte das seguradoras.
Relator: dep. Lucas Vergilio (SD-GO)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (CFT)
22/11/2017, ÀS 10H15

PL nº 2.892/2011, que dispõe sobre aprimoramento das regras que regem as Parcerias Público-Privadas.
Relator: dep. Lindomar Garçon (PRB-RO)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CMADS)
22/11/2017, ÀS 10H

PL nº 4.663/2016, que dispõe sobre a exploração e produção de acumulações marginais de petróleo e gás natural por produtores independentes.
Relator: dep. Roberto Sales (PRB-RJ)
Relatório: pela aprovação, com emendas.

PL nº 5.186/2016, que visa instituir o Cadastro de Crimes contra o Meio Ambiente e vedar às pessoas jurídicas inscritas nesse Cadastro o recebimento de financiamentos e incentivos governamentais e a contratação com o Poder Público.
Relator: dep. Waldenor Pereira (PT-BA)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA (CME)
22/11/2017, ÀS 11H

PL nº 2.987/2015, que altera a Lei das Concessões e Permissões de serviço público para ampliar o mercado livre de energia, com redução dos requisitos necessários para que os consumidores tenham liberdade de escolher os seus respectivos fornecedores.
Relator: dep. Antônio Carlos Mendes Thame (PV-SP)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.

PL nº 8.122/2017, que permite que as associações, sindicatos e cooperativas de transporte rodoviário de carga operem na proteção de sinistro de veículo desse tipo de serviço.
Relator: dep. Dagoberto Nogueira (PDT-MS)
Relatório: pela aprovação, com emenda.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO (CSPCCO)
22/11/2017, ÀS 11H30

PL nº 7.688/2017, que altera a Lei de Organizações Criminosas para vedar ao colaborador ou terceiro a ele associado, no curso ou após a homologação da colaboração premiada, obter benefícios econômicos de qualquer natureza resultantes da informação privilegiada produzida no procedimento.
Relator: dep. Rocha (PSDB-AC)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 7.877/2017, que altera a Lei dos Crimes de Lavagem de Dinheiro para autorizar que o Conselho Monetário Nacional estabeleça valores máximos para a realização de transações financeiras em dinheiro e que, caso as transações ultrapassem tais limites, elas deverão ser realizadas por meio eletrônico.
Relator: dep. Delegado Waldir (PR-GO)
Relatório: pela aprovação.

PL nº 8.226/2017, que tipifica o crime de extorsão de pessoa jurídica.
Relator: dep. Ronaldo Martins (PRB-CE)
Relatório: pela aprovação.

COMISSÃO ESPECIAL DO PROJETO DE LEI QUE ALTERA A LEI DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES
22/11/2017, ÀS 14H30

Reunião para deliberar o relatório ao PL nº 827/2015.
Relator: dep. Nilson Leitão (PSDB-MT)
Relatório: pela aprovação, com substitutivo.